

“Getting the Facts Right”: escalas entre o cotidiano e a governança da migração internacional de senegaleses

Filipe Seefeldt de Césaró ¹

Resumo

O presente artigo aborda, a partir de uma literatura antropológica sobre governança de populações e práticas escalares, a relação entre tecnologias quantitativas de governo e a migração internacional de senegaleses. O objeto principal de discussão é uma das perspectivas que ordenam e, assim, tornam esse fluxo migratório cognoscível às principais instituições que o governam. Trata-se de algumas das escalas padronizadas no recente contexto de produção estatística conjunta entre a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Estado senegalês. As fontes empíricas são de duas ordens: (i) documentos disponíveis para acesso público *on-line*, entre páginas oficiais e publicações de posicionamento metodológico ligados a essa articulação inter-regional; (ii) trabalho de campo em observação participante e conversas informais conduzidas desde março de 2019 junto à comunidade senegalesa estabelecida na cidade de Porto Alegre (RS). Para a comparação teórica entre esses universos, tomo como posição uma articulação entre algumas reflexões sobre as noções de “práticas escalares”, “indicadores” e “*benchmarking*”. O argumento etnográfico desenvolvido é o de que esse contexto de produção estatística sobre a migração senegalesa opera por (i) noções de “migrante” e de “Estado de origem” enquanto entidades individualizadas, envolvidas em uma (ii) historicidade linear e evolutiva, bem como numa (iii) concorrência interestatal – pretensamente objetiva – sobre o desempenho na contenção de fluxos emigratórios.

Palavras-chave

Migração internacional. Escalas. Cotidiano. Governança.

Abstract

Informed by some of the anthropological literature on the governance of populations and scalar practices, the present article deals with the relation between quantitative technologies of governance and the Senegalese international migration. The subject of discussion is one of the perspectives that order and thus make such migratory flow cognizable to the institutions that govern it. Namely, I deal with some of the scales standardized by the recent context of conjoint statistical production among the United Nations Organization (UN), the Economic Community of

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). E-mail: fsdecesaro@gmail.com.

West African States (ECOWAS) and the Senegalese State. The empirical sources are twofold: (i) documents available online for public access, among official websites and publications of methodological positioning related to such interregional articulation; (ii) fieldwork in participant observation and informal conversations conducted since March 2019 with the Senegalese community established in the city of Porto Alegre (RS). For the theoretical comparison between these two universes, I take as a position an articulation between some proposals made by Summerson Carr and Michael Lempert, Sally Merry, and Isabelle Bruno, respectively, regarding the notions of "scalar practices", "indicators" and "benchmarking". The ethnographic argument developed is that such context of statistical production about the Senegalese migration operates within (i) notions of "migrant" and "State of origin" as individualized entities, involved in a (ii) linear and evolutionary history, and in a (iii) interstate competition – claimed to be objective – about the performance in the containment of emigratory flows.

Keywords

International migration. Scales. Everyday life. Governance.

1. Introdução

Como o sujeito migrante quantificado se protege da chuva dos olhares da todopoderosa “visão de Deus” (HARAWAY, 1988) que sobre ele recai pelas mais diversas governanças? Questões como essas são suscitadas pela obra de Yvonne Lee, reproduzida como capa do Manual de Proteção de Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), publicado em 2010²:

² Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iomdataprotection_web.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.



Fonte: Manual de Proteção de Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2010)³.

Ao leitor que contempla a imagem, tal escolha de capa poderia indicar uma discussão sobre a clássica distinção epistemológica objetividade *vs.* subjetividade. Mas essa possível expectativa não é atendida. No silêncio sobre o tema, as páginas seguintes constroem um quadro normativo em que a única possibilidade de ocorrerem efeitos inesperados do conhecimento quantitativo produzido sobre populações migrantes emerge de algum descuido metodológico na coleta, estocagem ou análise de dados pessoais. Se os requisitos forem atendidos, insinua-se que não há como haver ingerência de pesquisadores sobre os dados ou efeitos políticos posteriores dos mesmos. Os interlocutores aparecem apenas à luz de direitos individuais sincrônicos que, diferentemente do que nos conta a ilustração, assegurariam que a lógica dos números construirá os guarda-chuvas inquebrantáveis dos quais os objetos da numeração se apossarão. Será mesmo esse o caso?

O presente trabalho ensaia uma reflexão sobre essa pergunta à luz do caso da migração internacional de senegaleses. Como objeto da discussão principal,

³ Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iomdataprotection_web.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

tomo uma das perspectivas que ordenam e, assim, tornam cognoscível esse fluxo migratório. Nomeadamente, trato de algumas das escalas padronizadas no recente contexto de produção estatística conjunta entre a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Estado senegalês. As fontes empíricas consultadas são as de materiais disponíveis para acesso público *on-line*, entre páginas oficiais e publicações de posicionamento metodológico que fornecem *insights* sobre essa articulação inter-regional e, em especial, sobre os indicadores de governança e *benchmarking* utilizados. Como ponto de partida, tomo uma posição específica no interior de algumas reflexões de Summerson Carr e Michael Lempert (2016), Sally Merry (2011) e Isabelle Bruno (2015), respectivamente, sobre as noções de “práticas escalares”, “indicadores” e “*benchmarking*”.

O desenvolvimento da base teórica e da proposta analítica está disposto, respectivamente, nas próximas duas seções. Na seção 2, a posição teórica é construída tendo por referência algumas vivências de uma pesquisa etnográfica de doutorado junto a vendedores de rua senegaleses atuantes na cidade de Porto Alegre (RS). Esse empreendimento permite situar uma porção da discussão antropológica sobre números e tecnologias de governo, fundamental ao presente ensaio, na área dos Estudos Migratórios. O objetivo da pesquisa mencionada, e cujo trabalho de campo inspira o presente artigo, é o de compreender como imigrantes senegaleses ocupados com a venda de rua agenciam (CALLON, 2013) esse ofício que é irregular na cidade desde 2008⁴. Para isto, além das calçadas em que os imigrantes atuam, tenho me inserido em: (i) atividades da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre e da *dahira* Mouhatimatoul Hitma⁵ (DIOP, 1981; GLOVER, 2007); (ii) viagens dos vendedores para reposição de estoque e atuação em feiras/férias/feriados; (iii)

⁴ A lei nº 10.605/2008 proíbe a venda de rua na região do chamado “Centro Popular de Compras”, instituído pela lei nº 9.941/2006. Inaugurado em 2009, o prédio foi uma tentativa de regularizar todos os trabalhadores informais em um espaço comercial fechado. Mesmo com a lei nº 17.134/2011, que retoma a possibilidade de regularidade nas calçadas pela via do Alvará de Localização e Funcionamento, a venda de rua senegalesa permanece proibida e não passível de regularização por conta de seu envolvimento majoritário com produtos “pirateados”, pelos quais não se gera nota fiscal.

⁵ Termo em *wolof* - língua e alcunha de grupo étnico da África Ocidental - que designa um espaço de prática da religiosidade *murid*, de sociabilidade entre seus adeptos e de manutenção dos laços de reciprocidade que tradicionalmente unem os *talibés* (discípulos) aos *marabouts* (mestres) e califas. “*Murid*” é referente ao que pertence ao mouridismo, irmandade muçulmana criada no Senegal durante a segunda metade do século XIX. Para aprofundamento inicial no tema, ver citações feitas no corpo do texto e logo após o número indicativo da presente nota.

instâncias principais de regulação do tema pelo poder público porto-alegrense, como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE).

Pretendo o presente artigo como passo importante para evitar a continuidade de uma limitação que proponho perdurante na área dos Estudos Migratórios no Brasil e, sobretudo, nos esforços dessa junto à imigração senegalesa. Trata-se do hábito consolidado de reunir cifras absolutas, porcentagens e linhas evolutivas de diferentes fontes como meros adereços a justificarem, contextualizarem e/ou evidenciarem os objetos migratórios de cada estudo etnográfico, ao invés de fazerem parte analítica do último. Minha intenção a seguir, então, é semelhante à de Bruno Latour (2003, p. 4) em suas análises das “controvérsias abertas”⁶ e seus processos por trás das “caixas pretas” das verdades tecnocientíficas (LATOURE, 2003, p. 4). Questiono-me: qual o contexto histórico-político atual da produção estatística sobre a migração internacional de senegaleses? Na seção 3, desenvolvo o argumento central do texto: o de que os indicadores de governança e *benchmarking* padronizados na articulação ONU-CEDEAO-Estado senegalês estão sujeitos a escalonar este e outros fluxos migratórios em termos de (i) noções de “migrante” e de “Estado de origem” enquanto entidades individualizadas, envolvidas em uma (ii) historicidade linear e evolutiva, bem como numa (iii) concorrência interestatal – pretensamente objetiva – sobre o desempenho na contenção de fluxos emigratórios.

2. Escalas, indicadores e *benchmarking* à prova da etnografia

Há um amplo espectro de possibilidades para a crítica antropológica no tema da produção estatística em contexto contemporâneo. Pode-se, por exemplo, circular “de uma ponta a outra” da atuação das tecnologias de governo (ROSE, 2001), ou seja, problematizando tanto a produção metodológica quanto os efeitos-cascata das narrativas endossadas por categorias e números. Para seguir fiel às propostas deste artigo, não pretendo alcançar o que fazem trabalhos como os de Jean Segata (2019) ou Leonardo Pedrete (2019), capazes de tocar o poder presente tanto “antes” quanto “depois” dos números. Ao invés disso, mantenho-me na possibilidade de identificar na migração internacional de senegaleses um dos objetos de um mapeamento quantitativo mais amplo de populações, informado por um esforço multilateral de escolhas metodológicas

⁶ Todas as citações diretas de textos referenciados em edições de língua inglesa são traduções minhas.

que, espero demonstrar, são tão políticas quanto científicas. Não se trata tanto, então, de olhar para como os números se espriam, quase assumindo uma “vida própria” cada vez que validam dado argumento sobre um fluxo de mobilidade humana, mas sim investigar a seletividade etnograficamente questionável presente em sua produção. Dada essa escolha, começo agora a tecer minha posição teórica.

Os deslocamentos que tenho acompanhado junto aos vendedores de rua senegaleses em Porto Alegre têm me levado a pensar em questões de escala. Como esses sujeitos escalonam o espaço e o tempo de sua experiência enquanto vendedores de rua em condição migratória? Qual o sentido etnográfico de certas categorias caras aos Estudos Migratórios, como as de “global”, “local”, “transnacional” e “multiescalar” (SAHLINS, 2003; BAUBOCK; FAIST, 2010; SCHILLER; ÇAGLAR, 2018), se forem levadas ao escrutínio empírico sem qualquer reflexão sobre as tipologias escalares que carregam consigo? Aproximo-me de dúvidas desse tipo com o esforço “de deixar para trás distinções escalares e, ao invés disso, traçar empiricamente como os atores sociais esculpem e cortam – ou escalonam – os seus mundos” (CARR; LEMPert, 2016, p. 4). Para a relevância dessa tarefa em meu caso, vale destacar a relação entre certas experiências de campo vividas ao longo do segundo semestre de 2019.

Às vezes, as instâncias que tomamos como “fora de campo” surpreendem e fazem repensar o quão limitante é a concepção até então assumida da redoma empírica em investigação. De dentro de um táxi, partindo da rodoviária de Porto Alegre ao prédio no qual moro, vivi tal dimensão do trabalho etnográfico, interpelado pelo senhor que dirigia. Do clima, fomos às nossas biografias recentes, e disso, à minha pesquisa de doutorado. “AN-TRO-PO-LO-GIA?”, indagou. Expliquei, chegando a um ponto final de costume, que apostei dar concretude ao que faz o pesquisador da área para quem a desconhece: “daí eu faço uma pesquisa com os vendedores de rua senegaleses aqui em Porto Alegre, acompanho o trabalho e outros espaços do cotidiano deles, e tal...”. O senhor não demorou a dar suas impressões sobre tal realidade.

Branco, como eu, e já grisalho do alto dos sessenta e poucos anos de idade que estimei, dizia conhecer imigrantes negros de diferentes nacionalidades, e saber quais dessas são formadas por sujeitos mais e menos trabalhadores. Segundo ele, os senegaleses são “do tipo que prefere sentar na rua aí e ficar ali de boa, no celularzinho”. Empolgado, complementou:

E não sei viu, lá na Assis Brasil [avenida] tem um monte, e a gente dos táxis tem um ponto lá, *então a gente conhece bem esse pessoal*, tenta conversar e tal... mas tchê, os caras são fechados, não falam, não querem saber, *parece que tão escondendo alguma coisa...* eu não sei, viu, acho que tem político por trás disso, aquelas repúblicas lá que eles moram tudo junto... isso aí eles ganham um kit de produtos já pronto e vão vender, *não sei que esquema tem aí por trás...* (Diário de campo, grifos meus).

A essa altura, dei vazão à vontade de discordar, e, já ao final da corrida, provoquei: “mas os caras tão apanhando na rua, não é bem assim pra trabalhar de vendedor irregular, porque eles iriam querer isso?”. Com o dedo em riste e o rosto de negação, pausou a contagem do dinheiro em suas mãos e retrucou: “Tão!? Eu não tô sabendo, acho que não, hein...”. Não se convenceu com a menção que fiz dos vídeos comumente postados em redes sociais. Nos registros ali veiculados, a cena mais comum se tornara, ao longo de 2019, a de vendedores senegaleses sendo agredidos durante a tomada de seus produtos, sob os gritos de transeuntes de tom tipicamente salvacionista: “tão batendo em cachorro morto de fome” é um exemplo enfático.

De minhas incursões a campo junto à Associação dos Senegaleses de Porto Alegre, notei que as tentativas de negociação da comunidade senegalesa com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico têm tido pouco rendimento. Mor Ndiaye, presidente da Associação, relatou-me que o mais comum tem sido a não renovação dos alvarás dos imigrantes senegaleses desde o início de 2019, sob o pretexto de que o poder público já teria dado “uma chance”, nos anos anteriores, para que os vendedores de rua dessa comunidade lucrassem no ofício e se formalizassem. Ademais, outra demanda não atendida é a referente à violência com que a mais recente intensiva fiscalização tem ocorrido, considerando a possibilidade sempre latente de racismo institucionalizado nesse tema (NDIAYE, 2019). O presidente também enfatizou, repetidas vezes, que o inédito convênio estabelecido entre a Brigada Militar e o braço fiscalizador da secretaria para intensificar as operações não constava na legislação de referência, e menos ainda a possibilidade de que agentes da primeira fossem os responsáveis pela retirada de mercadorias da posse dos vendedores.

“Ele tá pedindo pra todo mundo que tem fotos ou vídeos da Brigada fazendo apreensão de mercadorias, que mande pra gente mostrar lá”, explicou Mor, traduzindo o que era dito em *wolof* via microfone por um dos membros mais proeminentes da *dahira*, cuja cerimônia, nessa ocasião, foi realizada na Praça XV de Novembro. O presidente da Associação se referia à nova tentativa

de negociação em futura reunião com representantes da SMDE, na qual a ilegalidade do novo formato de apreensões seria materializada pelos vídeos. Construía-se ali uma forma coletiva de esperança a partir de imagens e sons dolorosos. De possíveis fontes da vergonha que alguns vendedores me relataram em relação à família deixada no Senegal – comumente a responsável por financiar boa parte do projeto migratório –, as cenas registradas em vídeo passavam a recurso político circulante de fora para dentro da comunidade.

É como se o discurso colonial (BHABHA, 1998) de uma *chance dada e não aproveitada pelos senegaleses, por motivo de algo incógnito que está “por trás” desses sujeitos a despeito de “os conhecermos bem”*, ressoasse de um canto a outro de meu trabalho de campo, do taxista indignado ao funcionário público cuja fala foi relatada pela frustração na voz de Mor. Seguindo essa cadeia de relações e representações, as instâncias institucionais da comunidade senegalesa buscam investir nas “margens do Estado” (DAS; POOLE, 2014), cuja morosidade fechada ao diálogo é capaz de agravar o sofrimento social de populações inteiras (VICTORA, 2011).

Uma circunstância de campo como essa torna evidente a necessidade de repensar as fronteiras da venda de rua, isto é, perceber que as mesmas são agenciadas (CALLON, 2013) para além do tempo das calçadas do trabalho e por trabalhadores imigrantes e nacionais em constante relação com as representações político-religiosas da comunidade em Porto Alegre. Ao ligar o táxi, o ponto de venda, a família deixada no Senegal, a *dahira* em praça pública, a Associação, os celulares de fieis *murids* e um escritório do poder público a partir de anseios situacionais relatados pelos interlocutores, construo a proposta etnográfica de uma escala de materialidades, espaços, pessoas e tempos em que a “diferença” (M’CHAREK, 2010) não se apresenta tão diametral e evidente quanto sugerem noções como as “cidade” e “rua”, “nacional” e “transnacional”, ou mesmo “lugar” e “fluxo” (APPADURAI, 2000; HANNERZ, 1997).

Trata-se de um traçado de eventos que é *específico em forma* àquela circunstância social, *mas regular na lógica alternativa* que dá à interação entre tais categorias difundidas sobre a migração e a urbe. Não se trata apenas de identificar, então, o que é fixo e ou que não é, como que mapeando caminhos e obstáculos da vida dos interlocutores: é, antes disso, “conhecer as experiências relacionadas ao tema do trabalho nos tempos cotidianos vividos daqueles que narram suas ações em uma inteligibilidade reflexiva temporal” (ECKERT; ROCHA, 2015, p. 32).

A especificação dessa posição teórica no presente ensaio se dá pela ordenação analítica que penso para os indicadores de governança e *benchmarking*: proponho que atuam como instrumentos privilegiados de operacionalização de escalas. Essa é a minha escolha porque tanto a “genealogia dos indicadores”, proposta por Merry (2011, p. 89), quanto o “ciclo de *benchmarking*”, do qual fala Bruno (2010, p. 44), têm por enfoque a incorporação pública de um *ethos* corporativista de teoria e prática sobre o mundo social, mas deixam de explorar a dimensão ontológica dessa concepção concorrencial-avaliativa de sociedade. Ou seja, tais categorias não atentam para as escalas que dão impulso ao uso estatístico e às políticas resultantes desse, que “não apenas [...] codificam normas e valores sociais, e articulam princípios organizadores fundamentais da sociedade”, como “também contêm modelos implícitos (e, às vezes, explícitos) de sociedade” (SHORE; WRIGHT, 1997, p. 6).

Disso se depreende, em segundo lugar, uma falta de reflexão sobre as escalas alternativas, contra hegemônicas e/ou silenciadas pelas instituições com as vozes mais altas na quantificação e comparação de populações e governanças. Naquele “deslumbramento etnográfico” (STRATHERN, 2014) causado pelo choque entre o meu “projeto de criação de escalas” (TSING, 2005, p. 57) e o dos interlocutores, opto por me aproximar mais da noção de “práticas escalares” (CARR; LEMPERS, 2016). Essas se definem como esforços empreendidos por diferentes atores em delimitar fronteiras e canais da vida social em diferentes níveis, de modo consciente ou não, e se enredando situacionalmente (LATOURET, 1993; CALLON, 2013) em outras práticas escalares paralelas.

Se Merry (2011, p. 92) define os indicadores como “uma tecnologia política que pode ser usada para vários propósitos diferentes”, e Bruno trata do *benchmarking* (2010, p. 42) como um “dispositivo de avaliação comparativa de resultados nacionais que procede à definição, à quantificação e à comparação de indicadores comuns de performance”, escolho aqui dar utilidade a ambas as categorias como fenômenos decorrentes de práticas escalares, sejam elas trazidas a público ou não, consideradas por relatórios estatísticos oficiais ou não. O esforço é por se manter crítico “quando atores ou analistas naturalizam o que eles alegam cruzar, dobrar ou saltar, como se tais escalas já estivessem lá, esperando para serem habitadas, manipuladas ou atravessadas” (CARR; LEMPERS, 2016, p. 7).

Dessa perspectiva teórica, torna-se visível um universo de dados específicos ligado às “migrações na migração”, do qual a comum classificação por indicadores e padrões de desempenho normatizados não dá conta.

Observemos esses como pontos de referência inicial para o mapeamento de movimentos migratórios, e não como fontes de verdade científica transparentes a ponto de dispensarem a necessidade de problematização epistemológica (GUPTA, 2012; BRUNO, 2015). Há perspectivas teóricas, processos metodológicos e indicadores alternativos que são estrategicamente silenciados (MCGOEY, 2012), pois disso depende a legitimidade pública dos critérios normatizados para interpretar e atuar sobre a mobilidade humana. Em suma, certas escalas têm menor valor na economia hegemônica dos indicadores e do *benchmarking*, pois valoradas como anedotas incapazes de vocalizarem qualquer história minimamente generalizável (GUHA, 2002). Isso significa que retomar o olhar etnográfico há pouco exercitado permite evidenciar práticas escalares dissonantes das naturalizadas por indicadores comuns no tratamento da migração em arranjos estatísticos contemporâneos de governança global. Pensar indicadores a partir de escalas, então, é necessariamente questionar como os mesmos traduzem contextos em números, isto é, “informação qualitativa convertida” (MERRY, 2011, p. 86).

O caminho teórico etnograficamente informado que construí até aqui traz a pergunta: como a migração internacional de senegaleses tem sido narrada no recente contexto de articulação entre a OIM, a CEDEAO e o Estado senegalês? Quais indicadores selecionados são enfatizados junto a seus números e categorias, e quais fenômenos antropológicos não o são em cada caso? E por quê? Seguindo nesse horizonte, questionemos, agora, “[...] a contínua aderência à distinção macro-micro e a tendência a atribuir economia política à primeira, e interações face a face à segunda” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 8). Entretanto, dessa vez o foco está em alguns indicadores multilaterais.

3. O *migration governance framework* e seus emaranhados à luz do caso senegalês

O campo da governança global dos movimentos migratórios teve um de seus importantes episódios recentes em 2015, com a elaboração do *Migration Governance Framework* (MiGOF) pela OIM. Pretendendo-se o modelo mais adequado para o conhecimento e a prática multilateral sobre a migração no mundo, esse quadro emerge em um contexto histórico em que “a confiança em representações numéricas simplificadas de fenômenos complexos começou em estratégias de governos nacionais e análise econômica e recentemente migrou à regulação de ONGs e direitos humanos” (MERRY, 2011, p. 83). Como Estado-

membro desse órgão da ONU bem como da parceira Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Senegal tem aderido à concepção de uso estatístico que se torna mais evidente à medida que descemos a escada estrutural desse *framework*⁷.

A insuficiência do Estado senegalês em medir e governar o deslocamento de seus cidadãos para fora do país foi marcada por um relatório de 2018⁸, publicado pela *Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie* (ANSD) em parceria com a OIM, e financiado pela União Europeia e CEDEAO. Dentre outras recomendações do documento, destaco a de “harmonizar os métodos de coleta de dados para os mesmos tipos de migrantes (grupos-alvo), bem como os planos de análise em conformidade com as recomendações da CEDEAO”. Coletar para comparar e governar, em suma, parece a mensagem do slogan “*Getting the facts right*” visível na página on-line⁹ do Suporte à Livre Circulação de Pessoas e à Migração na África Ocidental, programa da OIM que reúne a operação específica do MiGOF nessa região do mundo. Dos seis domínios metodológicos que formam o *framework*, o segundo inclui especificamente o tema da coleta de dados:

⁷ O detalhamento de todas as seis dimensões do MiGOF, responsáveis por construir e estruturar os fenômenos que os indicadores estatísticos medem está disponível em: <https://migrationdataportal.org/overviews/mgi#0>. Acesso em: 21 maio 2020. É dessa mesma fonte que retiro muitas das citações utilizadas ao longo do texto acerca do MiGOF. Opto por essa mesma decisão no que toca aos demais documentos citados no corpo do texto, evitando poluí-lo com citações que se tornariam demasiadas.

⁸ Disponível em: <http://www.ansd.sn/ressources/publications/ANSD-OIM%20-%20Profil%20Migratoire%20du%20Senegal%202018.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

⁹ Disponível em: <https://fmmwestafrica.org/regional/>. Acesso em: 21 maio 2020.

2: WHOLE OF GOVERNMENT APPROACH

Indicators in this domain look at:

- Institutional framework
- Migration strategy
- Legal framework
- Institutional transparency and coherence
- Migration data

Indicators in this domain assess countries' institutional, legal, and regulatory frameworks related to migration policies. Domain 2 also reviews the existence of national migration strategies that are in-line with development, as well as institutional transparency and coherence in relation to migration management. This domain also investigates the extent to which governments collect and use migration data.

Fonte: Migration Data Portal (2020)¹⁰.

Essa versão específica do caminho “dados-metas-meios”, que é atualizada desde a “nova gestão empresarial” dos anos 1990 (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), foi regionalmente difundida. Os órgãos estatísticos nacionais envolvidos, como a ANSD, protagonizaram o movimento conjunto de publicar dados sobre as características emigratórias de seus países em estrita coordenação com esse arranjo suprarregional. Para materializar essa condição histórica de produção de dados sobre migração na África Ocidental, consolidou-se um único processo modelado em quatro etapas lineares para a incorporação nacional dos chamados *Migration Governance Indicators* (MGI): “o primeiro passo do processo é o de organizar uma reunião com funcionários de governo para explicar o que os MGI envolvem, e para assegurar a sua *adesão completa*”¹¹ (grifo meu). Essa aceitação total pelos administradores públicos é seguida pela coleta e análise de dados, que só então é sucedida por negociações interministeriais sobre a publicação do relatório final.

A gradual tomada desses passos a partir de 2015 levou à atualização da Abordagem Comum da CEDEAO em Matéria de Migração (2014)¹², de modo

¹⁰ Disponível em: <https://www.migrationdataportal.org/overviews/mgi#2>. Acesso em: 21 maio 2020.

¹¹ Esse e os demais passos do modelo de incorporação dos MGI são apresentados e aprofundados em: <https://gmdac.iom.int/migration-governance-indicators>. Acesso em: 21 maio 2020.

¹² Disponível em: https://fmmwestafrica.org/wp-content/uploads/2017/02/MOD-1_-ECOWAS_COMMON-APPROACH-ON-MIGRATION.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

que os relatórios antes publicados em nível nacional exclusivamente com recursos de financiamento internos, via órgãos como os de controle de fronteira, passam a ser classificados como insuficientes, já que limitados em seus dados sobre o tema e, por consequência, inadequados segundo as novas categorias estatísticas. O tão repetido lema de que este e os demais domínios do MiGOF têm por objetivo “ajudar a definir o que uma ‘política migratória bem administrada’ pode significar no nível nacional” lida com a pretensão de que, até o alinhamento nacional com os MGI, “nada se construiu”, mesmo que o complexo fenômeno da migração internacional já esteja compartimentalizado em prioridades específicas, como as do domínio ilustrado na imagem e a sua “adesão completa” pelos Estados. Essa aura de neutralidade tem discurso análogo na repetição de que “os MGI não têm o objetivo de ranquear países sobre a produção ou implementação de políticas migratórias”, ainda que a agência privada de pesquisa financiada pela OIM (*The Economist Intelligence Unit*) para a tarefa tenha atuado, com a publicação do *2016 Global Migration Index*¹³, pelo que nomeou como “métrica da governança migratória”. Nesse índice, por exemplo, 15 países-piloto considerados representativos de cada região territorial tiveram suas políticas migratórias escalonadas entre “nascente”, “emergente”, “desenvolvido” e “maduro”, com os representantes do Norte Global na dianteira. Se o objetivo não é ranquear, por que há *rankings*?

Vemos aqui que “o *benchmarking* não é uma técnica tão universal quanto defendem seus teóricos” (BRUNO, 2010, p. 57), e que expressar a intenção de não ranquear desempenhos pouco resolve a problemática política de indicadores – e, portanto, escalas – apresentados como universais. Nessa mesma esteira, o *Global Migration Data Analysis Centre*, órgão especializado da OIM, publicou em 2017 o relatório da *Gallup World Poll* (GWP)¹⁴, pesquisa encomendada à *Gallup*. Atuante no mesmo ramo que a *The Economist Intelligence Unit* (EIU), tal agência realizou questionário em 160 países, com o mínimo de 1000 entrevistados em cada. O foco foi gerar taxas de “potencial de migração” verificáveis em comparação aos fluxos migratórios registrados no mesmo período (2010-2015) pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Reivindicando em sua página *on-line* uma “expertise no entendimento do comportamento humano”¹⁵, a empresa

¹³ Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/migration_governance_index_2016.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://gmdac.iom.int/gmdac-data-briefing-measuring-global-migration-potential-2010-2015>. Acesso em: 21 maio 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://www.gallup.com/analytics/211988/right-analysis.aspx>. Acesso em: 21 maio 2020.

operou por um esquema tripartido de investigação, que corresponde a um modelo de ator racional apartado entre “desejos”, “planos” e “preparações” para a tomada de decisão:

Table 1: Survey questions regarding potential migration in the GWP

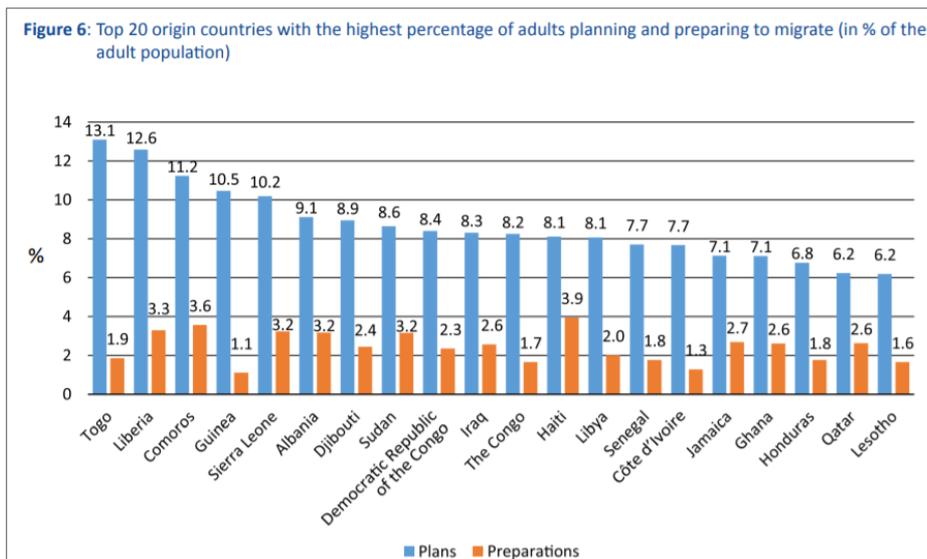
Type of migration potential	Survey question
Migration desires	“Ideally, if you had the opportunity, would you like to move permanently to another country, or would you prefer to continue living in this country?”
Migration plans	“Are you planning to move permanently to another country in the next 12 months, or not?” (asked only of those who would like to move to another country)
Migration preparations	“Have you made any preparation for this move?” (asked only of those who are planning to move to another country in the next 12 months)

Fonte: Global Migration Data Analysis Centre (2017)¹⁶.

Como no índice da EIU, opera-se por uma escala unidirecional cujos indicadores e subindicadores são informados por um modelo eurocentrado de ação humana. *Desejar, planejar e preparar* como termos de transparência intercultural evidente e, portanto, passos sequenciais que levam da abstração à concretude, da especulação anedótica ao fato com potencial preditivo. E a má definição conceitual no relatório acaba por servir ao propósito dessa ontologia: afinal, qual a capacidade analítica da categoria de “preparações” no campo da migração internacional, quando exclusivamente definida por ações “*tais quais* solicitar um visto, guardar dinheiro para a viagem ou aprender a língua da destinação desejada” (grifo meu)? Permanecem silenciadas as interações deste *survey*, com os contextos culturais, de classe, raça e gênero capazes de significar e temporalizar de modos específicos o processo da decisão de migrar, cuja variação é vagamente isolada a “restrições políticas, falta de recursos ou mudança na situação pessoal”. “Os indicadores tipicamente não vêm com uma discussão de tais decisões ou uma análise das implicações da escolha”, e, caso contrário, como nos documentos aqui analisados, geralmente anexam consigo “uma explicação de uma página sobre o índice e um cuidado acerca de seu escopo limitado” (MERRY, 2011, p. 86-87). Esses pequenos atos de decoro em nada alteram a impressão de onisciência dos dados sobre espaços, tempos e fluxos humanos publicados em primeiro plano como fonte de verdade rápida e democrática.

¹⁶ Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/gmdac_data_briefing_series_issue_9.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

No caso do Senegal, que aparece na GWP na 14ª posição do *Top 20* dos países com maior porcentagem de adultos planejando ou preparando o deslocamento, esses indicadores e sua escala deixam de captar a significância religiosa *murid* (FALL, 2017) da migração aos camponeses senegaleses jovens, bem como a relação de reciprocidade que essa inaugura com família e líderes religiosos (DIOP, 1981; GASPARETTI, 2011). Isto evidencia que “escalonar [...] pode organizar não só relações espaciais, mas também espaço-temporais” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 2):



Fonte: Global Migration Data Analysis Centre (2017)¹⁷.

É como se o “fato social total” que Abdelmalek Sayad (1998) identifica na mobilidade humana fosse fatiado para uma melhor digestão dos números, isto é, reduzido à ideia de que as pessoas que sinalizam a vontade de migrar provavelmente o farão, com a exceção dos casos em que são impedidas pelos obstáculos estruturais típicos do *homo economicus*. Por essa visão estreita das “violências estruturais” (FARMER, 1997) que impulsionam a migração, 7,7% dos adultos senegaleses “planejam” migrar, mas apenas 2% chegam ao estágio de “preparar” o ato. Desse mapeamento dos países que mais produzem massas migratórias, cujas preferências são reveladas pelo mesmo relatório como sendo

¹⁷ Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/gmdac_data_briefing_series_issue_9.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

Estados Unidos e/ou União Europeia, a *Gallup* descreve como plausível a predição dos cenários migratórios futuros e, assim, a “noção de que se pode melhorar - e controlar - uma subpopulação desviante pela enumeração e classificação” (HACKING, 1990, p. 3). De tomadores de decisão em política internacional a opinião pública nos países de recebimento, trata-se de um enquadramento metodológico específico que produz números tendentes a individualizar nos Estados de origem a responsabilidade pelos fluxos humanos típicos de crises, como a vivida no Mar Mediterrâneo até hoje.

Esse conjunto de publicações produzidas por tal aparato de governança da OIM, então, apresenta uma estrutura espiralada entre domínios, objetos de medição, indicadores e pontuações como realidades *a priori* em relação a qualquer interferência interpretativa sobre a realidade migratória local. No contexto do MiGOF, atravessado por pesquisas como as que mencionei, um único quadro compreensivo sobre a migração internacional é importado à África Ocidental. O atendimento multilateral dos direitos de livre circulação humana entre os países da CEDEAO passa, então, a ser narrado como dependente da meta 10.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável elaborados pela ONU em Assembleia Geral de 2015 para alcance em 2030: “facilitar a migração ordenada, segura, regular e responsável e a mobilidade humana, inclusive por meio da implementação de políticas migratórias bem administradas”. Um dos dois indicadores fundamentais produzidos para medir avanços nessa meta é o 10.7.2: “número de países com políticas migratórias para facilitar a migração ordenada, segura, regular e responsável e a mobilidade humana”. Vale ressaltar os dois subindicadores selecionados pela *The Economist Intelligence Unit* como formas de pontuação que diretamente informam esse indicador no âmbito do MiGOF:

Institutional capacity

Indicator	Rationale	Sub-indicators and scoring scheme
1.5 Data gathering and information availability	In order to ensure that migration is safe and orderly, it is important to have a better understanding of migration trends worldwide. This requires reliable data on migration, including the number of migrant deaths. This information must be made available to the wider public.	a) Migration data Scoring: Does the government collect and publish data on a regular basis (e.g. on a quarterly or annual basis) on incoming migrants' deaths? If not, please specify in the comments whether a different organisation (e.g. an NGO) collects this information. [Yes / No / Somewhat] b) Migrant deaths Scoring: Does the country collect and publish data on a regular basis (e.g. on a quarterly or annual basis) on incoming migrants' deaths? [Yes / No / Somewhat]

Fonte: The Economist Intelligence Unit (2016)¹⁸.

Por que a existência de um “mecanismo para assegurar que a política migratória é informada por dados” é medida pela EIU exclusivamente por meio dos dados nacionais disponíveis sobre a mortalidade de imigrantes¹⁹? E a coleta de dados sobre a mortalidade na emigração, que também teria muito a dizer sobre a capacidade institucional nacional sobre o tema medido, considerando a estreita imbricação entre o imigrar e o emigrar na economia dos deslocamentos humanos pelo globo (SAYAD, 1998)? Ademais, salta aos olhos que as alternativas de resposta “yes”, “no” e “somewhat”, necessariamente relacionadas às intenções conjunturais de cada Estado na política internacional (VERTOVEC, 2011), não passam por qualquer problematização metodológica. Em suma, permanecem ocultos dois aspectos dessa escolha estatística: (i) aquela escala que há pouco descrevi, e com a qual se interpreta a decisão por uma ou outra resposta no âmbito da consulta aos governos nacionais; (ii) a justificativa para o uso da mortalidade imigrante como única variável para medir até que ponto as políticas migratórias de cada caso são baseadas em evidência.

É à luz de caminhos epistemológicos como esse que proponho haver um caráter tautológico no esforço constante das publicações ligadas ao MiGOF em narrar o seu conjunto de indicadores e subindicadores como capazes de definir contextualmente o que significa uma “política migratória bem gerida”,

¹⁸ Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/our_work/EIU-Migration-Governance-Index-20160429.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

¹⁹ Pode-se presumir que a existência de dados nacionais sobre a mortalidade imigrante seja priorizada aqui por conta de sua maior acessibilidade, tendo em vista o controle em fronteira das entradas e o número de óbitos de não nacionais. Ainda assim, tal ponto não é dado como justificativa no documento, e continua reduzindo o indicador “coleta de dados e disponibilidade de informação” à variável da quantificação da mortalidade imigrante.

relegando a falibilidade dos dados e escores a meros apêndices textuais. Com seus pontos fracos assumidos desde a Constituição da OIM, mas não problematizados, a metodologia segue naturalizada, como se os obstáculos possíveis à sua precisão surgissem apenas *depois dela*, via desvios e insuficiências de aplicação conjunturais. Os indicadores e subindicadores, informados por aquela escala, criam as condições discursivas de sua própria eficácia, de modo que “disputas políticas acerca do que significam os direitos humanos ou responsabilidade corporativa e o que constitui a conformidade aos mesmos são submergidos por questões técnicas de medição” (MERRY, 2011, p. 88).

A relação de produção estatística estabelecida entre OIM e Estado senegalês acerca dos fluxos migratórios senegaleses pelo mundo se consolida, então, neste contexto histórico-político mais amplo, pela ideia de que indicadores específicos servem de critério para uma política internacional da mobilidade humana que não foge às assimetrias de poder persistentes entre Sul e Norte Globais desde o fim dos regimes neocoloniais. Depois dos arranjos de acordo bilateral típicos do período imediato às libertações nacionais africanas (AYOGB, 1995; TOGMAN, 2002), que tratavam a migração negra à Europa à luz das reconstruções econômicas pós-Segunda Guerra, o atual período de crises humanitárias, variabilidade de destinações e restricionismos atualiza um discurso tipicamente colonial que carrega consigo uma noção de escala. Homi Bhabha (1998) o define pela coexistência contraditória entre fetiche e fobia em relação ao Outro: os números de migrantes senegaleses pelo mundo fazem conhecimento e colaboração multilateral, e, ao mesmo tempo, fazem xenofobia e afastamento de órgãos internacionais em relação aos Estados com reiterado “baixo desempenho” na governança de seus fluxos emigratórios.

Daí é que esses mesmos números reiteram outra dimensão escalar: ora o migrante é mais um ator econômico a calcular o mundo como um apanhado de fronteiras e tempos ditadas por sua necessidade imediata, ora é refém da incompetência estatal com seus efeitos negativos sobre o “*push and pull*” (PIORE, 1979) de pessoas nas fronteiras e tempos oficiais da nação. Isto é, não há espaço nessa metodologia estatística para o migrante das “combinações interescares” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 13-14), aquele que, como os interlocutores de minha pesquisa, fala em ruas, cidades e países como tais, mas os significa e vivencia como se não existissem nessa ordenação. O protagonista aparece como o migrante “bom” ou “ruim” de enumerar e governar, nunca como o migrante-pessoa e sua complexa vida.

Assim, uma hierarquia meritocrática emerge como um horizonte político pelo qual os “números confiáveis” (HIRATA *et al.*, 2019, p. 37) dos relatórios podem circular com maior facilidade. Um exemplo é a persistência de teses como a do “*seuil de tolerance*”, difundida na França desde a década 1970, para propor o caráter maléfico de uma presença imigrante superior a 10% da população nacional²⁰. Com os cenários para o futuro, as origens e destinações demarcadas, bem como o desempenho concorrencial dos Estados envolvidos, pode-se demandar responsabilização de um ou outro país de acordo com o que os números falam sobre a sua performance no “dever de casa”²¹ moldado pela OIM e traduzido regionalmente. Em poucos golpes de olhos, vê-se “quem mais produz migrantes” no mundo e se toma por dada uma verdade capaz de guiar futuras intervenções políticas. Tal verdade, procurei propor, possui como âncora uma escala que concebe atores migrantes e estatais, bem como os territórios e tempos em que atuam, como entidades lineares e evolutivas, despidas de complexidade e diacronia por indicadores e técnicas de *benchmarking*, que repetem uma velha alteridade colonial.

4. Considerações finais

No presente artigo, tomei por objetivo central uma reflexão sobre “como eventos-fronteira e relações sociais são forjadas, figuradas e ordenadas por atores por meio de sua prática discursiva” (CARR; LEMPERT, 2016, p. 9), considerando práticas escalares relacionadas a dados de meu trabalho de campo junto à comunidade senegalesa estabelecida em Porto Alegre e a alguns indicadores estatísticos de governança relacionadas a esse fluxo migratório. Em um diálogo específico entre algumas reflexões de Carr e Lempert, Merry e Bruno, encontrei meu argumento principal: os caminhos da venda de rua senegalesa em Porto Alegre são traçados por práticas escalares que escapam às distinções espaço-temporais operantes nos indicadores e seu *benchmarking* multilateral da mobilidade humana. A partir de uma experiência etnográfica representativa até o momento atual de minha pesquisa, ensaiei algumas

20 Sobre a ressonância histórica atual desse discurso e seu contexto original de formulação: <https://www.lemonde.fr/blog/antiracisme/2016/09/06/le-seuil-de-tolerance-pretex-te-au-renoncement-republicain/>. Acesso em: 21 maio de 2020.

21 Instrumentos privilegiados nesse sentido são os mapas interativos, de amplo acesso público *on-line* no *Migration Data Portal*. Um exemplo é o que representa a emigração ao longo do primeiro semestre de 2019, disponível em: https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_origin&t=2019. Acesso em: 21 maio de 2020.

diferenças entre as contribuições consideradas para cada um daqueles três conjuntos de autores centrais. Em seguida, situei-me nesse cenário por meio da identificação de usos conceituais estabelecidos na antropologia da migração que não têm dado conta de minhas vivências empíricas.

Tendo em vista que é do campo que vem a preocupação em como manejar analiticamente a noção de “escala” e seus derivados, mantive-me em maior proximidade teórica de Carr e Lempert, cujo nível de reflexão precede aquele de Merry e Bruno: em suma, indicadores de governança e técnicas de *benchmarking* são ambos instrumentos de poder ancorados em escalonamentos espaço-temporais. Com esse quadro, procurei demonstrar que as escalas traduzidas em números por categorias de medição e *rankings* de performance narram uma migração diferente daquela vivida e contada pelas “pessoas de carne e osso”. Um possível aspecto crítico de minha análise parece ser, então, o de identificar quais versões são as mais ouvidas para a tomada de decisão política, elaborando uma contrapartida etnográfica àquela tríplice tendência colonial de atomizar os sujeitos migrantes, despi-los de uma existência complexa e diacrônica, e torná-los objeto de uma competição por desempenho estatal. “Porque há muitas histórias para contarmos - histórias que, por sua complexidade, têm pouco a ver com o discurso estatista, e que são completamente opostas a seus modos abstratos e simplificadores” (GUHA, 2002, p. 20).

Referências

- APPADURAI, Arjun.
(2000). *Modernity at Large*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- AYOUB, Mohammed.
(1995). *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System*. London, Lynne Rienner Pub.
- BAÜBOCK, Rainer; FAIST, Thomas (Orgs.).
(2010). *Diaspora and Transnationalism: Concepts, Theories and Methods*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- BHABHA, Homi.
(1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève.
(2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BRUNO, Isabelle.
(2015). Défaire l'arbitraire des faits. De l'art de gouverner (et de résister) par les “données probantes”. *Revue Française de Socio-Économie*, v. 5, n. 2, p. 213-227.

- BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel.
(2013). Benchmarking: L'État sous pression statistique. Paris, La Découverte.
- BRUNO, Isabelle.
(2010). La déroute du "benchmarking social". La coordination des luttes nationales contre l'exclusion et la pauvreté en europeu. *Revue Française de Socio-Économie*, v. 1, n. 5, p. 41-61.
- CALLON, Michel.
(2013). *Sociologie des agencements marchands* - Textes choisis. Paris, Presses des Mines.
- CARR, Summerson; LEMPERT, Michael (Eds.).
(2016). *Scale: Discourse and Dimensions of Social Life*. Oakland, University of California Press.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.).
(2014). *Anthropology in the margins of the State*. New Delhi, Oxford University Press.
- DIOP, Momar-Coumba.
(1981). Fonctions et activités des dahira mourides urbains (Sénégal). *Cahier d'études africaines*, v. 21, n. 81, p. 79-91.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana da. (Orgs.).
(2015). *Etnografias do trabalho, narrativas do tempo*. Porto Alegre, Marcavíual.
- FALL, Papa.
(2017). *Des francenabe aux modou-modou: l'émigration sénégalaise contemporaine*. Dakar, L'Harmattan Sénégal.
- FARMER, Paul.
(1997). On Suffering and Structural Violence: a View from Bellow. In: KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Orgs.). *Social suffering*. Londres, University of California Press.
- GASPARETTI, Fedora.
(2011). Relying on Teranga: Senegalese migrants to Italy and their children left behind. *Autrepart*, v. 1, n. 57, p. 215-232.
- GLOVER, John.
(2007). *Sufism and jihad in modern Senegal: the murid order*. New York, University of Rochester Press.
- GUHA, Ranajit.
(2002). *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*. Barcelona, Crítica.
- GUPTA, Akhil.
(2012). *Red Tape: Bureaucracy, structural violence and poverty in India*. London, Duke University Press.
- HACKING, Ian.
(1990). *Taming of chance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HANNERZ, Ulf.
(1997). Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 7-39.
- HARAWAY, Donna.
(1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599.
- HIRATA, Daniel; COUTO, Maria; GRILLO, Carolina; OLLIVEIRA, Cecilia.
(2019). Échanges de tirs: La production de données sur la violence armée dans des opérations de police à Rio de Janeiro. *Statistique et société*, v. 7, n. 1, p. 31-39.
- LATOUR, Bruno.
(2003). *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, Harvard University Press.
- LATOUR, Bruno.
(1993). *We Have Never Been Modern*. Cambridge, Harvard University Press.
- M'CHAREK, Amade.
(2010). Fragile differences, relational effects: stories about the materiality of race and sex. *European Journal of Women's Studies*, v. 17, n. 4, p. 1-16.

- MCGOEY, Linsey.
(2012). The logic of strategic ignorance. *The British Journal of Sociology*, v. 63, n. 3, p. 553-576.
- MERRY, Sally.
(2011). Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance. *Current Anthropology*, v. 52, n. 3, p. 583-595.
- NDIAYE, Gana.
(2019). Mobility and Cultural Citizenship: The Making of a Senegalese Diaspora in Multiethnic Brazil. In.: MEERZON, Yana, DEAN, David; MCNEIL, Daniel (Eds.). *Migration and Stereotypes in Performance and Culture*. Londres, Palgrave.
- PASSERON, Jean-Claude.
(1995). *O Raciocínio Sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis, Vozes.
- PEDRETE, Leonardo.
(2019). *Crônicas invisíveis da judicialização da saúde e da burocratização da justiça na capital brasileira da judicialização da saúde*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PIORE, Michael.
(1979). *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ROSE, Nikolas.
(2011). Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*, v. 26, n. 1, p. 33-57.
- SAHLINS, Marshall.
(2003). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SAYAD, Abdelmalek.
(1998). *A imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- SEGATA, Jean.
(2019). El mosquito-oráculo y otras tecnologías. *Tabula Rasa*, v. 32, n.1, p. 103-125.
- SCHILLER, Nina; ÇAGLAR, Ayse.
(2018). *Migrants & City-Making: Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration*. Londres, Duke University Press.
- SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina.
(1992). Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 645, n. 1, p. 1-24.
- SHORE, Chris; WRIGHT, Susan.
(1997). *Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power*. New York, Routledge.
- STRATHERN, Marilyn.
(2014). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify.
- TOGMAN, Jeffrey.
(2002). *The Ramparts of Nations: Institutions and Immigration Policies in France and the United States*. London, Greenwood Publishing Group.
- TSING, Anna.
(2005). *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton, Princeton University Press.
- VERTOVEC, Steven.
(2011). The Cultural Politics of Nation and Migration. *Annual Review of Anthropology*, v. 40, n. 1, p. 241-256.
- VICTORA, Ceres.
(2011). Sofrimento Social e a Corporificação do Mundo: Contribuições a Partir da Antropologia. *R. Eletr. de Com. Inf. Inov*, v. 5, n. 4, p. 3-13. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br. Acesso em: 21 maio 2020.

Recebido em

maio de 2020

Aprovado em

junho de 2021